Acervo ISA

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte CORREIO BRAZILIENSE Class.: 679
Data 6/06/84 Pg.:

Funai retoma a credibilidade com Jurandy

Com o respaldo da comunidade indígena, presidente fica fortalecido para negociar com o poder

ROSANE GARCIA
Da Editoria Nacional

Indicado para dirigir a Fundação Nacional do Índio num momento em que o órgão passava por uma forte crise, com o movimento deflagrado pelo índios Txucarramãe do Parque Indígena de Xingu, Jurandy Marcos de Fonseca chegou quase como um pacificador de ânimos. Com o aval de representante dos povos indígenas no Congresso Nacional, deputado Mário Juruna (PDT-RJ), e aceito pelos demais líderes, ele assumiu o órgão com uma nova postura, propondo, o diálogo com todos, inclusive com as entidades de apoio à luta indígena.

Para demonstrar que sua posição não era apenas figurativa, sua primeira iniciativa foi nomear os índios Marcos Terena, para a chefia de seu gabinete e Megaron, para diretor do Parque de Xingu.

Um órgão conturbado, fechado e cheios de vícios. Foi assim que Jurandy Fonseca encontrou a Funai, cuja direção ele pretende ao final deste governo, passar às mãos de um índio. Nessa entrevista, ele mostra como pretende agir à frente da Funai.

A ENTREVISTA

O senhor é o quarto presidente da Funai neste Governo e o oitavo nos seus 16 anos de existência. Embora tenha pertencido ao quadro funcional da Funai como advogado, como encontrou o órgão?

— Encontrei a Funai bastante desgastada junto às comunidades indígenas, bem como em áreas dos Governos Federal, estadual e inclusive junto à opinião pública. Os primeiros passos na nossa administração foram na tentativa de recuperar a imagem da Funai.

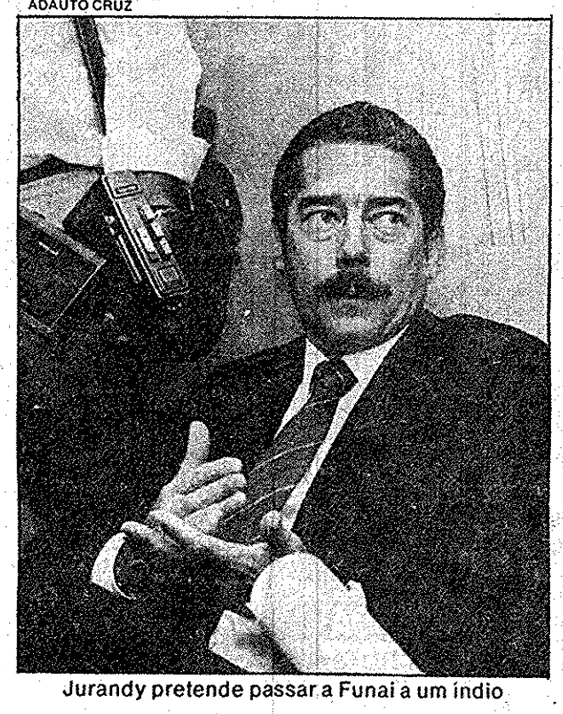
— Como o senhor tem feito isso?

— Tenho mantido contato direto com as lideranças indígenas. Já recebi aqui as lideranças Guajajara, Krahô, Xerente, Apinajé, Xavante e representação das comunidades xinguanas, embora eu tenha mantido contato com vários líderes lá do Xingu, durante a posse do Megaron. Neste contato direto com as comunidades, todas elas me apresentam problemas sérios. Exemplo disto foi a questão dos Guajajara, lá do Maranhão. Da mesma forma o episódio da região de Araguaina, envolvendo três nações indígenas (Xerente, Krahô e Apinajé). Esse trabalho de recuperação de credibilidade me parece que está surtindo efeito. As lideranças que vêm ao meu gabinete, pelo menos, se saem sem nenhuma promessa da presidência, levam a certeza de que alguma coisa está sendo feita no sentido de uma conversa franca, leal, com o objetivo de resolver seus problemas.

— Diante de suas afirmações de que encontrou uma Funai conturbada e sem credibilidade, que críticas poderiam ser feitas ao órgão, responsável pela tutela dos quase 200 mil índios que vivem no País?

— Seria o distanciamento do órgão das comunidades indígenas. Acho que a Funai se fechou muito. Ela se isolou muito de vários organismos que existem no Brasil, como a própria Comissão do Índio, onde nunca compareceu. Eu lá estive, em menos de 30 dias, por duas vezes. Mantive contato com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), já recebi a visita do Conselho Indigenista Missionário por mais de uma vez. Enfim, a própria imprensa tem acesso direto à Funai, não encontrando nenhuma porta fechada. Esta abertura que a atual administração está dando é justamente uma atitude oposta àquela que a administração anterior vinha assumindo, que era de distanciamento de todos esses segmentos que mexem com a política indigenista.

ADAUTO CRUZ



Jurandy pretende passar a Funai a um índio

— Quais as mudanças que o senhor pretende fazer na Funai para que ela seja mais ágil no trato das questões indígenas?

— Inicialmente, acho que a Funai deve ter nos seus quadros o maior número possível de indigenistas, para uma aproximação maior com as comunidades. Por outro lado, acredito que o organograma da Funai poderá ser modificado, visando a agilizar mais a operacionalidade da política indigenista.

— A Funai é carente de recursos financeiros. A maior presença de indigenistas no seu quadro implicaria em despesas com contratação do pessoal, ou recontratação se for levado em conta o episódio de 1980, que resultou na demissão de 38 pessoas, entre indigenistas, sertanistas e antropólogos. Como o senhor pretende compatibilizar o aumento do pessoal com a falta de recursos financeiros?

— Até o momento, está havendo um processo de substituição de pessoas que ocupam cargos de confiança, mas que não pertencem ao quadro permanente de pessoal, e que não são especializadas na problemática indígena. Estas pessoas foram substituídas por indigenistas. Quanto ao problema de recursos, na posse do Megaron, lá no Xingu, muita gente me perguntou. Eu respondi que recursos não eram a minha maior preocupação. O grande problema era recuperar a credibilidade do órgão, para poder realmente sensibilizar alguém para a questão do dinheiro. Quinta-feira última, o diário oficial publicou um crédito de Cr$ 700 milhões para a Funai, que não estavam previstos. Foi uma conquista nossa. O recurso, na verdade, está aparecendo.

— Muitas dívidas?

— Não vamos tocar nisso. Mas são muitas dívidas.

— Em seu primeiro mês à frente da Funai, em que o órgão é mais deficiente: em recursos financeiros ou humanos?

— Nas duas coisas. Talvez uma seja decorrência da outra. Há dificuldades financeiras, e muitas. Mas existe também carência de pessoal habilitado. A grande preocupação nossa é equipar a Funai com pessoas que lidem diretamente com o problema indígena. E para isso nós vamos precisar de recursos.

— Depois de um mês de trabalho, tomando conhecimento dos problemas que a Funai tem, como o órgão deverá ser administrado daqui em diante?

— Com muita seriedade. A Funai é um problema muito sério e muito complexo, que exige uma postura séria e honesta. É preciso entender que o objetivo da Funai é trabalhar com o índio. A funai, administrativamente, não me preocupa, mesmo porque entrei aqui sem nenhum compromisso com pessoas ou funcionários. Não tenho compromisso com ninguém. Eu entrei aqui comprometido com a causa indígena. E este compromisso eu estou realmente cumprindo. Estou indo ao encontro das comunidades indígenas. Devo dizer que estou exercendo o cargo de presidente com muita severidade, no sentido de uma abordagem séria do problema. A Funai hoje impõe respeito, porque ela tem o respaldo das comunidades indígenas.

— Ao tomar posse, o senhor disse que iria percorrer as áreas para manter um contato direto com as lideranças dos povos indígenas. Quando e como vai acontecer isso?

— Já era para ter começado. Mas as comunidades est-ao vindo aqui. Todos os que aqui chegam manifestam o desejo de conhecer o presidente dentro da Funai, para testar (já me falaram isso) se as portas estão realmente abertas. Eles estão checando uma notícia que chegou às aldeias pelo rádio e pela televisão. Daí eles querem confirmar aquelas informações que dei nas entrevistas. Mas já tenho visitas marcadas em áreas indígenas a partir do dia 15 deste mês. Nos dias 22 a 23, visito a área Kaiapó, no Sul do Pará. Agora, a partir de julho, para arreddondar, passo a percorrer estas áreas realmente.

— Houve uma mudança bastante acentuada no comportamento do índio. O episódio do Xingu é um marco histórico desta mudança. Como o senhor vê o índio brasileiro, hoje?

— O índio evoluiu muito. A presença do deputado Mário Juruna na Câmara dos Deputados e a criação da Comissão do Índio são fatos que testemunham esta evolução. O índio, hoje, está tomando consciência dos seus problemas e assistindo à evolução de outras comunidades, porque umas são mais adiantadas do que outras. Isso, no entanto, não me preocupa, porque vejo esta evolução como um processo natural. Mas acho que a Funai talvez não tenha condições de acompanhar essa evolução na velocidade em que ela se processa.

— O deputado Mário Juruna tem um projeto no Congresso, aprovado pelas Comissões da Câmara, e em tramitação no Senado, propondo a co-gestão. Há condições deste projeto vir a ser aceito e implantado pela Funai?

— Confesso que não me detive no projeto do deputado Mário Juruna, porque pedi que ele me fosse apresentado já em forma de um estudo elaborado pela própria Funai. O órgão já se debruçou em cima disso. Eu não conheço, mas acho que é um tema que deve ser levado em consideração. Na minha administração, o índio participa da Funai. Assim, acho que já estamos caminhando para isso.

— Ao contrário do deputado Juruna, o deputado João Batista Fagundes (PDS-RR), em projeto que tramita na Câmara, propõe a emancipação do índio, reavivando um projeto apresentado na época do ex-ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, no governo Geisel. O índio brasileiro tem condições de ser emancipado?

— Tem-se que levar em consideração os diversos estágios de aculturação do índio individualmente ou da sua comunidade. Acho que, se se conseguir respeitar esses estágios diferentes, pode-se debater o assunto e até sair para um projeto de lei. Não de forma coercitiva, ou seja, obrigando o índio a se emancipar. O Estatuto do Índio é bem claro neste sentido. Ele diz que fica a critério do índio e da comunidade o pedido da emancipação. Acho que é um assunto polêmico e delicado, mas que nós devemos enfrentar. Na minha administração, vou abrir debate sobre este tema, sem ter a pretensão de querer emancipar o índio, de querer provocar uma legislação que seja coercitiva em cima da emancipação. Mas acho que o tema é perfeitamente válido. A emancipação do índio deve ser jogada numa mesa de debate e todo mundo que possa contribuir para isso deve dar a sua colaboração.

— A grande questão dentro da Funai é a demarcação de terras indígenas. Qual a sua proposta para regularização dos territórios indígenas?

— A minha proposta é a seguinte: o grupo de trabalho que foi constituído por decreto presidencial, com a finalidade de definir as áreas a serem demarcadas, e se reunia eventualmente, agora passou a ter reuniões ordinárias. Todas as quartas-feiras, pela manhã, nós reunimos o grupo de trabalho, para acelerar o processo.

Existe uma previsão de quantas áreas indígenas deverão ser demarcadas até o final deste Governo?

— Não posso dizer, porque me faltam elementos neste momento. Mas já temos a lista de prioridades, embora não tenhamos inovado nada. Aceitamos as prioridades definidas na administração anterior.

Que contribuição o Senhor espera receber das lideranças indígenas?

— Espero que as lideranças tragam à Funai as suas reais necessidades. Queremos, inclusive, acabar com o paternalismo da Funai, que não se coaduna mais com as comunidades indígenas que estão muito bem representadas por lideranças vivas e fortes. Acho que as comunidades têm de responder a este apelo da Funai. A Funai passou a ser um órgão paternalista e hoje, para a opinião pública, pode parecer que o índio é improdutivo. Ele não produz, porque é sustentado pela Funai. Neste sentido é que esperamos que as comunidades indígenas respondam ao nosso apelo, trazendo suas necessidades.